

Educação e identidade negra

Jaci Maria Ferraz de Menezes¹

Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Católica de Córdoba, Argentina.
Professora de História da Educação da Universidade do Estado da Bahia e pesquisadora associada ao programa “A Cor da Bahia”, da Universidade Federal da Bahia – convênio com a Fundação Ford.

Esta comunicação tem como finalidade apresentar e discutir os primeiros resultados de uma pesquisa sobre Educação e Construção da Identidade negra. Está baseado em entrevistas realizadas com membros da comunidade negra de Salvador e nela se vai comentar os primeiros resultados do trabalho de pesquisa, que pretende estudar a sua participação no sistema de educação formal, a trajetória educacional que percorrem – não apenas cada um deles, mas inclusive, o seu grupo familiar imediato –, o valor dado à escola e os possíveis limites encontrados para a permanência na escola. Paralelamente, quer analisar quais os mecanismos ou instituições pelos quais estes mesmos informantes aprendem, dentro ou fora da escola, o que aprendem e, em especial, como se reconhecem negros e desenvolvem uma *identidade negra* – procurando remarcar o que seria, para cada um deles, esta identidade .

Exclusão e inclusão: a desigualdade de acesso à escola pelos negros na Bahia

Os estudos que realizamos² sobre a exclusão dos negros da escolarização mostraram que, na Bahia, como em outras partes do Brasil, os não brancos foram adquirindo o direito à escola muito lentamente, neste século que se seguiu à abolição. Formalmente excluídos os escravos, os libertos tinham acesso à escola na medida de suas possibilidades – inexistiu, durante a escravidão ou depois dela, uma política de massas voltada explicitamente para garantir aos ex-escravos o acesso à escola. As discussões travadas no período final do Império – também é o período em que recrudescem os debates sobre o final da escravidão e a melhor forma de preparar a inclusão dos ex-escravos à cidadania brasileira – limitam-se a apresentar projeto de organização de um sistema de ensino que, descentralizado, promovesse o acesso das crianças livres à escolarização.

Este debate é retomado no início da República. Um sistema de educação é organizado na República nascente, segundo a definição que cada Estado-Membro federado dá a um possível direito à educação e a sua capacidade de manutenção das mesmas escolas, promovendo uma lenta incorporação das gerações *futuras* – não obrigatoriamente dos escravos recém-libertados – à cidadania. Isto porque, contraditoriamente, o acesso ao voto era condicionado, para os adultos, ao saber ler e escrever, entendendo-se a alfabetização como condição necessária para a aquisição de uma “capacidade de discernimento”. Numa sociedade formada majoritariamente de negros e analfabetos, isto significava a exclusão da maioria da cidadania ativa; de tal modo que a abolição garante, aos ex-escravos, a liberdade, mas não a igualdade.³

Tomando-se como indicador do acesso à educação os índices de alfabetização segundo a cor da pele nos diversos censos demográficos, é possível acompanhar a lenta inclusão dos negros e a desigualdade de acesso dos mesmos. Esta situação é a mesma tanto para a Bahia

como para o conjunto do país e mesmo para o estado de S. Paulo (tomado como representativo da região Sudeste, onde os índices de escolarização são, hoje, os maiores do país). O acesso dos negros e mestiços à alfabetização é, em especial na Bahia, menor do que a dos brancos.

A existência de grandes diferenciações internas no Brasil mostra a inexistência ou o fracasso de uma grande política nacional que garantisse o acesso à educação de forma homogênea, e, portanto, de formação do cidadão. Ou seja, de uma política de inclusão na nacionalidade. A intervenção do poder federal na expansão do ensino primário público só ocorre, antes de 1946, face à necessidade de nacionalizar as escolas dos imigrantes italianos e alemães, em decorrência das guerras mundiais – e, nos dois casos, nos Estados do Sul, como medida voltada para garantir a unidade nacional. A nosso ver, a inexistência dessa política nacional equalizadora se refletiu, como se poderia esperar, no menor acesso dos mais pobres e moradores dos Estados e regiões mais pobres. Dado às condições de indigência a que foram relegados os ex-escravos, recaiu sobretudo sobre os negros.

A pesquisa qualitativa

Na pesquisa que ora relatamos nos preocupamos em conhecer como, nestas condições adversas, os negros construíram, no caminho da resistência, as suas próprias formas de inclusão. Como aprenderam – os conteúdos escolares ou os conhecimentos necessários a sua vida cotidiana, a sua sobrevivência; como encontraram seu caminho de inclusão à cidadania brasileira e as relações que estabeleceram com o sistema escolar. Procuramos verificar, a partir de análise de histórias de vidas de informantes escolhidos, a existência de um processo consciente de construção de identidade negra e a relação deste processo com a escolarização ou com outras *instituições pedagógicas* porventura montadas ou adotadas para isto.

Preliminarmente, estamos entendendo como construção de identidade um processo político de construção de *elo de ligação* entre pessoas no sentido de formar um grupo de solidariedade onde as mesmas se sintam incluídas, até por um processo de afirmar-se como pessoa, diferente mas, igualmente, ente político, interlocutor de um “outro”. Entendemos que existiu, no Brasil, um processo dicotômico de inclusão/ exclusão dos negros à escolarização (como sinal de sua inclusão/exclusão à cidadania plena no Brasil): entre nós, a inclusão dos ex-escravos atende a uma estratégia de gradualidade, estreitamente vinculado ao sucesso escolar, que os inclui como subalternos, como desiguais – resultando numa forma de exclusão. Além da exclusão absoluta – que resulta da própria não entrada na escola ou a permanência nela por tempo limitado –, poder-se-ia falar de um segundo processo de exclusão, interno à escola, que deixa fora, expulsa, seleciona aqueles que não alcançam o *padrão* considerado necessário à aprovação, para seguir adiante no sistema educacional.

Por outro lado, o modo como o sistema escolar trata os alunos advindos das classes populares cria novas formas de exclusão, expulsando da escola aqueles que conseguiram nela chegar ou dando a eles um tipo de educação que os reafirma como desiguais, muitas vezes destinado ao fracasso escolar ou destinado a um tipo de trabalho, fora da escola, rotineiro, cansativo. Neste duplo processo de exclusão, escondem-se as formas de

reprodução da sociedade, em que a inclusão do negro, pode ser feita de um lado afirmando a sua *pertenencia* a uma cidadania brasileira mas, simultaneamente, negando a sua identidade negra.

Estudos de Sociologia da Educação, hoje⁴, afirmam a existência de um espaço de resistência e da construção da identidade dos grupos marginalizados da sociedade. Neste processo dialético que contrapõe reprodução e resistência, exclusão e inclusão comporiam um processo dicotômico, em que a maior exclusão acaba por gerar formas próprias de resistência e de inclusão, pela via da formação de círculos próprios de inclusão – cada um dos quais circunscrevendo uma forma de identidade. Isto implicaria na negação da importância das formas “universais” de inclusão à cidadania? Como estabelecer uma (ou várias) forma de inclusão que, respeitando as diferenças, fortaleça o pluralismo? Assim estudamos, com pessoas concretas (antes, trabalhamos com dados estatísticos e documentos históricos) as relações entre educação – formal e informal – e identidade negra. Relações estas atravessadas, de um lado, pelas aspirações de acesso aos mecanismos de formação da cidadania, e, portanto, pela luta pela igualdade; e, de outro lado, nesta luta pela cidadania, pela luta pelo reconhecimento do direito à diversidade, à alteridade.

O trabalho de campo. As entrevistas: como e porque foram realizadas

Analisando especificamente o processo de exclusão dos negros à escolaridade na Bahia e as possíveis causas para isto, nos perguntamos qual seria a visão dos mesmos negros deste processo. Existiria uma consciência da exclusão? Como eles a explicavam? Que mecanismos desenvolveram para aprender? Qual o objeto de suas aprendizagens? Ou seja, vistos os problemas de acesso à escolarização, e, como decorrência, de inclusão à cultura letrada e, por dispositivos legais, à própria cidadania ativa, tratamos de entender como se dá, na prática, na vida concreta, o seu processo de educação. Que dificuldades para educar-se cada pessoa, individualmente, encontrou na sua história de vida? Que caminhos utilizou para *aprender* e criar seu próprio espaço? Que instituições marcaram a sua vida – como aprendeu? Como cada um se “descobriu negro”? O que significa ser negro?

Com estas preocupações, realizamos entrevistas com dez pessoas, nove membros da comunidade negra na Bahia e um antropólogo, que incluíam de vendedora de acarajé ao presidente, na época, da Federação Bahiana de Cultos Afro-Brasileiros⁵. Formas muito próprias de inclusão a uma sociedade que se revela multi-facetada. As entrevistas se desenvolveram sempre em torno à seguintes questões: 1. Na sua história de vida, quais as dificuldades que encontrou para ter acesso à escolarização; 2. Como pensa a educação escolar? ;3. Ser “negro” é questão importante?;4. Qual seria a educação importante para um negro? 5. Como o negro vê, hoje, a questão da sua educação?

As respostas obtidas

Em função destas questões, as entrevistas foram realizadas de modo assemelhado à reconstrução de uma história de vida. Cada um dos nove negros falando de sua vida, de suas aprendizagens, fala também de sua relação com a educação formal e o que pensa dela.

A vendedora de acarajé, praticamente sem escolarização, fala do seu processo de iniciação no candomblé, o processo de memorização como caminho para o aprendizado ritual, as línguas, os cantos. Fala da ausência da escola na sua vida, ao tempo em que mostra a presença da religião no seu cotidiano (*“Foi Iansã quem mandou que eu vestisse saia para vender acarajé, porque eu era muito soberba, e também para dar de comer a meus filhos”*).

O coordenador da Federação Baiana de Cultos Afro-Brasileiros, FEBACAB, ex-estivador, *ogan*, conta como aprendeu a ler, aos 21 anos, para responder a uma carta de uma namorada que era do Recôncavo. Mas fala, também, da luta pela liberdade religiosa e os mecanismos de articulação da religião afro-brasileira com o poder civil. É um dirigente. Do alto de seus 57 anos de iniciação e vivência dentro do candomblé, reflete sobre o sentido do segredo no culto. Como aprendeu na convivência com os mais velhos, observando, fazendo. *“Ninguém gosta de ensinar o que aprendeu”, diz. Cada um ensina o que quer, quando e a quem quer. “Tudo no candomblé é cantado, é dançado. É preciso aprender a cantar as músicas das diversas nações, na sua língua, para não fazer feio”, diz ele.*

O sociólogo, proponente de uma *pedagogia interétnica*, que fala da sua trajetória escolar, mas também das aprendizagens políticas fora da escola, conta um pouco da história do Movimento Negro na Bahia; uma *yialorixá* que estudou em escola de freiras e fala da busca de suas raízes africana, da iniciação por uma tia e da pressão sofrida pelo candomblé no interior da Bahia algum tempo atrás. Uma *ekedi (makota de inquice)*, que foi professora primária, diretora de escola pública, liderança de bairro e catequista, decidiu um dia que não podia participar das cerimônias de seu povo apenas como espectadora.

O cinegrafista, que encontra na criação de vídeo e cineclubes seu espaço para uma atuação como promotor cultural, rompendo com uma possível destinação para um trabalho mecânico, repetitivo, advindo de uma formação profissionalizante (SENAI). Um médico e poeta importante, que fala das contradições do Movimento de Cultura Popular ao não tratar de questões étnicas, por estar, no seu modo de ver, “em busca do universal”: ou seja, das questões relativas a uma igualdade genérica de todos os homens.

Dois advogados: um vinculado às ações da administração pública e outro que mantém papel de liderança na comunidade negra. Para ambos, a escolarização e a trajetória até a conclusão do curso superior foram, talvez, o único caminho possível para a quebra com o caminho da pobreza. Um deles, ex-presidente de uma importante organização negra (Sociedade Protetora dos Desvalidos, sobrevivente das juntas de alforria) depois de ter sido inclusive presidente de um diretório acadêmico dos estudantes de direito, logo após o período mais duro da repressão que veio do AI-5, fala do enrijecimento das organizações negras tradicionais e do seu fechamento para novas gerações e novas lutas. O outro, que chegou a Secretário de Administração do Município de Salvador, fala também da formação do estereótipo do negro como marginal, pela polícia, dos resquícios do crime de “vadiagem”.

Do conjunto de depoimentos, nos ficaram a certeza de que o acesso à escola é condicionado, antes de tudo, pela luta pela sobrevivência; em segundo lugar, às dificuldades colocadas pela própria escola: os horários, os conteúdos, a dificuldade de matrícula. Secundava isto o horizonte, posto como limite e a expectativa, da família negra – se o filho terminasse o primário já era bom; depois disto, tinha que trabalhar. Os que vão

adiante, na recusa deste limite, têm que contar com uma disciplina interna à própria família, ou com a sua possibilidade de estudar e trabalhar.

A família é também quem introduz , quem chama a atenção para a condição de negro; cuidado, não se misture, não sofra discriminações. Ela é quem primeiro chama a atenção para o cotidiano diferente. “*Em festa de pombo, urubu não se mete*”, dizia a mãe de uma depoente quando a mesma era menina.

Os depoimentos mostram também a riqueza de caminhos percorridos, o engajamento na luta pela igualdade e pelo respeito ao direito à diferença. Chamam a atenção, ainda, de que a consciência de uma identidade negra não era suficiente para tornar isto uma luta pela cidadania maior. Mostram os diversos níveis da luta política, que vão da associação de moradores até a criação de organizações de caráter mais geral, político, tipo o Movimento Negro Unificado – MNU, passando pela participação em sindicatos – o sindicato dos estivadores é citado por vários deles, interferindo inclusive na organização das associações de moradores. Nesta comunicação, vamos comparar as respostas às quatro primeiras questões e apresentar algumas observações, embora preliminares.

O acesso à escola

Dos 9 entrevistados, 2 não tiveram qualquer acesso à escola. Dois têm nível médio, incluindo 1 professora (normalistas), uma das quais chegou a entrar na universidade (depois dos 40 anos) mas teve que deixá-la, por não ser possível compatibilizar as aulas na Universidade Federal da Bahia com o trabalho. Um deles quase completou o 2º grau através de estudos supletivos, mas lhe faltam duas matérias. Os outros quatro têm nível superior, sendo um médico, um sociólogo e dois advogados. Esta distribuição mostra ser o grupo um grupo diferente das médias alcançadas na Bahia.

Que dizem os dois primeiros, sobre a motivação para aprender a ler e escrever; o aprendizado na vida adulta.

“Eu não passei por escola nenhuma. Devo dizer que até vinte e um anos não assinava meu nome. Com vinte e um anos eu arranjei uma namoradazinha e disse logo a ela que não sabia ler. Ela era de Nazaré das Farinhas, no interior. (...) E não é que a moça que lia as cartas e respondia morava no mesmo lugar onde morava (...) Nesse dia ... trouxe a carta ... o irmão dela foi levar em casa ... eu pedi para que ela lesse ... não sei que diabo ela tinha, disse “não agora não, estou ocupada e não vou ler”; aí eu respondi: “você vá e diga a sua irmã que não tive condições de ler, eu não sei, ela sabe. E a moça que lê e faz, não quis ler, tava ocupada ... mas diga a ela que eu vou aprender a ler, e aprendendo dou a resposta ... Ela disse “é bom mesmo que você capriche e aprenda, um homem já e não sabe ler.” (A casa da moça era parede-meia e ela ouviu).

No dia seguinte eu cheguei no trapiche ... o fiscal do turno era um camarada por nome Antônio Pedro de Jesus, um preto. Eu dei a ele prá ler, ele leu o que era ... como o saveiro que tinha vindo de Nazaré das Farinhas ainda se encontrava aí em Água de Meninos, eu fui lá dar a resposta, mas quem fez foi o Pedro. Eu pedi a ele para me ensinar.... E aqui, ao largar o trabalho de meio-dia ... pegava a me ensinar ... os senhores podem acreditar que,

com quinze dias, eu fiz um bilhete, como que estava respondendo, e ele disse que “se não fosse eu que estivesse lhe ensinando eu não acreditava que você fez isso”. (...) Fui caprichando, caprichando, nunca entrei em escola nenhuma. Hoje sou técnico em radiologia, trabalho sem ter certificado sem nada, mas fiz concurso prá entrar, faz anos,(...) no IAPETEC(...)

Relata, em seguida, as causas de seu apartamento da educação escolar. O trabalho precoce, a luta pela sobrevivência, o “ajudar em casa”. Sua dificuldade para ir à escola é vista como dificuldade individual.

R – Meus pais estavam mortos. Eu os perdi, quando tinha de 13 prá 14 anos. Minha mãe morreu pouco depois de meu pai, talvez saudades. Eu nunca tinha ido a uma escola. Sabia que existia escola, mas eu vendia água, carregava água prá vender pros vizinhos porque não tinha água encanada ... fazia compras ... “vá ali na venda, prá levar prá minha mãe munguzá, pamonha, cuscus, essas coisas. Então eu, na casa dela, quebrava 10, 20 cocos, coco seco, prá tirar da casca ... prá descascar e depois passar na máquina, que era prá ela tirar um tanto para essa necessidade ou outra. Mingau, essas coisas; eu carregava o tabuleiro dela prá botar em um certo ponto, aquilo pesado, às vezes era preciso fazer duas viagens prá levar tudo desde a casa dela ... e depois eu ia buscar tudo, na hora que encerrava a vendagem. Então, eu não tinha um vencimento certo, ela dava o que queria e podia dar. Desse dinheiro eu ajudava em casa a minha mãe, que não tinha emprego, meu pai não deixou nada, apesar de ele trabalhar na alfândega, ela não recebeu centavo pela morte dele. Não tinha o instituto, não tinha nada mudamos prá um lugar, por nome “Cascão”, onde hoje chamam Pernambués nós fomos morar lá pois era onde se podia pagar, era mais barato.

Então eu passei dificuldades, fome, foi tudo. Cansei de ir deitar sem ter jantado. Eu fui varredor do trapiche, trapiche comercial, Trapiche Gama, no Julião. Eu varria cacau, café, tudo que derramava de dentro dos sacos, juntava tudo, separava tudo (...) eu era um garoto ...

E – E a dificuldade que o senhor teve prá ir à escola, era uma dificuldade comum? os outros meninos da idade do senhor, era mais ou menos isso?

B – Eu acho que naquele época as dificuldades era, menores que as de hoje. Só que esta dificuldade era da minha família e não do colégio. Na Liberdade tinha o Colégio Abrigo dos Filhos do Povo, menino sempre estudou ali.(...) Mas a dificuldade era eu ir pro colégio e daí não trazer nenhum tostão, lá prá casa, prá minha mãe. No colégio eu não teria tempo de carregar latas d’água, cinco daqui, mais cinco de lá, na cabeça. Enquanto eu mexia na água, quando dava meio-dia, onde eu tivesse, comia ali mesmo. Terminava um serviço ia prá outro, e se não tinha, continuava até de noite... eu cansei de botar água. E não dava vencimento ... agora, isto quanto? Quinhentos réis, um cruzado, que era o dinheiro daquele tempo. Então não dava prá ir ao colégio...

O outro entrevistado que não tem escolarização, uma vendedora de acarajé, faz observações semelhantes quanto às dificuldades de freqüentar a escola tendo que trabalhar, vendendo frutas.

“E – Me diga uma coisa, a sra. foi prá escola?”

L – Eu fui. Estudei pouco.

E – Mas você aprendeu as letras em casa ou na escola?

L – Foi na escola. Mas eu estava assim: um ano estudava, , outro saía para vender banana, botar água... Aí eu disse: Ó mãe, desse jeito não vou aprender. Ou aprender muito pouco. Eu estudo um ano, vou guardar de um ano pro outro? Com dez anos ia trabalhar, prá botar água de ganho com aquelas latinhas, meia-lata se usava. Depois, botava pra vender com bacia pequena. E vender banana, laranja, manga. O horário do meu colégio é uma hora da tarde, durava até às cinco. A hora em que eu chegava já passava o horário, aí eu não entrava mais.

Relata também as dificuldades de entender uma escola muito distante de seu cotidiano:

E – E no colégio nunca lhe falaram em candomblé, em africanos?

L – Não nada disso. Só tinha a festa de 21 de setembro ... todo mundo com uma ... aquela bandeira verde-amarela do Brasil, todo mundo marchando ... as meninas com aquelas borboletinhas ... coisas de antigamente. (...) Não diziam nada. Sabe o que eu fazia? De cansada de trabalho eu botava a cabeça prá cochilar.”

Outro entrevistado que fala das dificuldades para estudar, trabalhando, é produtor cultural. Vejamos o seu depoimento:

L – Minha educação basicamente é primária. Fiz só cinco anos de colégio, não fiz outro curso anterior tipo jardim, uma moça me ensinou o abc, a partir daí entrei no curso primário. Tirava boas notas, depois fiz o admissão, passei. Meu problema foi começar a trabalhar muito cedo. Foi um choque pra mim ter de estudar e trabalhar. Desde os 11, 12 anos eu já trabalhava, antes de ir pro primário. Eu fui criado com muita liberdade, brincava e tal, e de repente foi um choque ter de trabalhar e estudar, aí o problema que um dos problemas que acontece com a família negra que não exerce, não tem uma vigilância, uma disciplina forte isso contribui um pouco para que nós não continuemos a estudar e porque também, eu ouvia muito do meu pai, minha mãe, dos familiares e de gente perto que morava, ‘basta que tenha o curso primário e está tudo bem’. Acho que isso influi muito em não continuar os estudos.

E – Quer dizer que as expectativas deles já era o que seria o curso primário.

L – Aprender a ler e escrever e, se muito, uma profissão: mecânico, marceneiro esses cursos; a partir daí a pessoa continua a vida profissional, vai ficar numa escola que não é a desejada por todos nós. Isso pra mim me limitou. Então isso me limitou: fiz o 1º ano e perdi, fiz o 2º ano e perdi, eu era uma espécie de vadio, como eu tinha dinheiro no bolso eu tinha uma certa liberdade.

Três informantes, V. , M. , e H., tiveram menos dificuldades, dentro de suas famílias, para chegar à escola. C. e N. que são médico e advogado, foram ajudados pela família, um tio conduziu seus estudos. P., também advogado, foi ajudado pela família que o adotou. H. Yialaxé, era filha de um funcionário da Coletoria de uma cidade do interior da Bahia, negro, que colocou a filha para estudar com as freiras. A mãe de V. incentivou sempre a filha estudiosa e brilhante. No entanto, ao concluir o curso de magistério de 2º grau, já não pensou em continuar os estudos. Precisava trabalhar para ajudar os irmãos menores: “Olhei prá trás...”:

V – Bem. Quando eu terminei, aí sim. Do 2º grau para a universidade, em 62, aí sim era mais difícil, de certo modo para entrar na universidade. Venho de família grande. mamãe teve 14 filhos ... dez ela conseguiu criar. Nós tivemos muitas dificuldades. No ano passado – retrasado – nós perdemos nosso irmão mais velho ... e também nossa mãe. Na formação doméstica que tivemos, havia muita cooperação. Eu sou a 3ª em ordem cronológica. Quando olhei para trás, e vi meus outros irmãos ... naquela época, se eu fosse para a universidade, minha família iria ter que gastar, fazer despesa comigo, eu não trabalhava. Então, eu naquela época eu queria continuar mas abri mão, para que meus irmãos tivessem a oportunidade de chegar aonde eu cheguei. Não fiz vestibular, naquela época, e era muito difícil, realmente tinha que estudar. Só depois, em 83, é que resolvi fazer. Eu lutei contra essa dificuldade. Agora, hoje em dia, mesmo com dificuldades, acho que está mais fácil atingir a universidade, conseguir vaga. Existem mais oportunidades.

C. e N., no entanto, percebem que a sua trajetória educacional não é a mesma dos outros membros de sua família.

C. – “Eu tive uma escolarização normal. Normal no sentido da expectativa pedagógica formal, entrei no ano que deveria entrar, etc. Mas eu também sou do interior da Bahia, e não ocorre o mesmo com minha família – a experiência educacional dos meus familiares não é a minha experiência.(...) meus irmãos não tiveram o mesmo tipo de escolarização que tive ou também que tivesse de sair do interior [da Bahia] mais tarde e tal. E a família teve formas distintas de escolarização.

N. fala mais diretamente da educação como caminho para a inserção:

N – Como toda a família que é do interior ... eu praticamente sou o primeiro, numa família que é muito numerosa, que fez curso superior, que tem um grau de escolaridade formal. A rede de parentesco é excessivamente grande, como era há algum tempo. Tive um padrinho na família, que havia participado das Volantes, no combate de Lampião ... tinha vindo aqui, para Salvador ... ele era dessa zona ... uma cidadezinha antes de Sergipe ... Entre-Rios ... essa região. Nos volantes de combate à Lampião, passou lá por Geremoabo, fez base lá ...Casou com uma tia ... veio, para Salvador e passou a ser o centro de recrutamento da família do interior, para treinar.

Ele próprio era um autodidata. Com ele eu aprendi mais que as primeiras letras, porque, quando eu cheguei à escola, eu já sabia ler, escrever e contar bem. Meu padrinho tinha o cuidado de me ensinar as operações, a escrita ... e me recordo também que, já naquela época - eu era muito jovem - eu lia muito (...) rapidamente, eu adquiri uma linguagem

acima da minha faixa, eu não pude viver as brincadeiras como os outros meninos da minha idade ... Mas quando cheguei na escola, eu já estava pronto. Sabia ler e escrever bem.

E – Você lembra ter entrado na escola com que idade?

J – Entrei com 7 anos, por aí. Meu padrinho era oficial da PM, mas foi uma espécie de preceptor, educador, orientador, e foi através dele que eu descobri que só poderia fazer a trajetória assentada a partir daí, a partir dessa armação escolar. Então talvez um dia eu pudesse ser alguma coisa, aspirar a alguma coisa. Porque era uma trajetória que dependia muito de mim. Sem recursos, sem possibilidade, não tinha acesso, então, só a partir daí que poderia me firmar. Isso ficou bem claro, quando eu fiz algumas experiências com artesanato, meu pai achava que eu devia ser barbeiro, enquanto meu padrinho me encaminhava pra ser ... meu pai queria que fosse barbeiro ... houve um tempo achei muito bonito ser mecânico, então aprendi isso. Mas estas atividades estavam fora das minhas habilidades. Mas, como eu não tinha recursos, a educação não me possibilitou que eu alcançasse então uma profissão, pois eu desejava ser diplomata. Eu não tinha condições de ter aquela escolaridade. Naquela época, se falava que as pessoas de cor tinham dificuldades de entrar no curso, no Itamaraty. Eles eram bastante seletivos, naquela época. Eu terminei fazendo Direito, como uma forma de compensação disto.

(...) No tempo da seleção para o Itamaraty eu estava com idade, ainda, mas não tinha um nível de educação – seria preciso dominar línguas, e também História ... – e nesta época, eu tinha 15 anos ... já trabalhava, para completar a manutenção lá de casa, e também as despesas com escola. Trabalhava de dia, e estudava de noite. Quando eu fiz dezesseis, dezessete anos eu completaria pouco depois, e já estava praticamente órfão, meu padrinho já tinha morrido ... eu tinha estes encargos de família, ajudar irmãos, etc. Não tinha condições de fazer investimentos, em mim mesmo, senão aproveitar as oportunidades públicas, fornecidas pela escola, e que era pelo serviço público ... mas para isso eu tinha chegar a um nível de preparação.

(...) Naquela época, eu tive sorte, fui trabalhar no gabinete do governador, como mensageiro. O governador era preocupado com a educação; quem trabalhava no Gabinete, e que tinha interesse em estudar, foi amparado com material escolar, livros. Eu trabalhei, assim, sendo auxiliado. Com o que nós ganhávamos não dava pra comprar livro e ir à escola.

A trajetória de P. dependeu de sua adoção por uma família protestante. Vejamos:

P – “Aos sete anos de idade, perdi meu pai, e um ano depois, aos 8 anos perdi a minha mãe. A partir daí, a história de minha vida começou a tomar outro rumo. Passei a conviver com um tio, e posteriormente, fui adotado, juntamente com mais três irmãos, por uma senhora chamada Ana de Jesus de Novaes, que era moça solteira, portanto não tinha filhos, e professava a religião protestante.....era batista ortodoxa. A partir daí, passei a conviver no seio dos protestantes e fui matriculado na escola XV de Novembro, pertencente à primeira Igreja Batista de Iguai, onde iniciei e concluí o meu curso primário... Por volta de 1950 ingressei na escola XV de Novembro, pertencente a igreja; Primeira Igreja Batista de Iguai, e em 1954, aos dezesseis anos de idade, completei o curso primário.

Depois de algum tempo, foi através de seu próprio trabalho que P. custeou sua sobrevivência e seus estudos até a conclusão do curso de Direito. Entrar na Faculdade não foi o final de sua luta por estudar e manter-se. Passa então, nos idos de 69, pelo movimento estudantil e pelas reivindicações referentes ao apoio da Universidade aos estudantes pobres.

Como vimos, o acesso à escola era desigual; nenhum dos entrevistados coloca o acesso à escolarização como um evento comum na sua vida; mesmo C., que diz que é “normal”, por ser na idade correspondente, enxerga que a sua trajetória é diferente da de seus irmãos; e que a falta de recursos para pagar escola criou situações de diferenciação dentro de seu grupo na escola, situações estas no mínimo constrangedoras. Os demais relataram sua dificuldades, o esforço que teve que ser feito, os limites impostos pela necessidade de sobrevivência e as estratégias que cada um desenvolve para dar conta do seu desejo de escolarização ou de inserção social.

De L., que é absolutamente excluída da escola (dificuldade que é compartilhada por seus filhos, em especial os quatro últimos, que ainda estavam sem estudar quando da entrevista), a C., ex-secretário de Cultura do Estado, médico, poeta e letrista, produtor cultural de fama nacional, ou a N., Subsecretário de Estado, mestre em Ciências Sociais e professor de Direito na UCSAL, forma-se um continuum. Embora todos relatem a dureza na luta para escolarizar-se, estabelecem a relação entre esta luta e as dificuldades econômicas das suas famílias.

Ora, se L. é absolutamente excluída da escola, ela não deixa de ter um lugar na sociedade baiana – como “baiana de acarajé”, vendendo acarajé na praia de Plakaford há mais de 20 anos, ela garantiu a sua sobrevivência, a de seus filhos e uma certa situação econômica que lhe permite ter televisão, casa para morar, e a exploração de uma barraca de praia para venda de cervejas, etc. Como ela pensa e diz, “uma pessoa assim não se deu mal na vida”.

Menos que mera negociante, ela, como vendedora de acarajé, cumpre um preceito do candomblé, cumpre uma obrigação com seu orixá. Está, portanto, incluída, enquanto bicateira, na economia praieira baiana (vamos chamar assim); mas através do domínio de um saber que a liga à tradição africana. Relata um conjunto de conhecimentos que aprendeu de modo mais ou menos formal, quando de sua iniciação no candomblé, e que permitem outra forma de inclusão. Ela vai se remeter diretamente, sem precisar de uma discussão sobre a sua condição de descendente de africanos, ao pertencimento a um terreiro de candomblé ancestralmente freqüentado por sua família de sangue. O início de sua participação é acompanhando a irmã em seu processo de iniciação, quando recolhida, ainda menina; no terreiro, convive com um velho africano, cuja fala imita – observando a preocupação com a presença de uma menina curiosa e irresponsável com os segredos do culto. Dos quatro iniciados que foram entrevistados, é ela que fala das formas de aprendizagem durante a sua iniciação. Como a outra língua [ritual, africana] é ensinada junto com o rito, de forma *cantada*, repetida, junto com o gesto, com o objeto. Dentro da camarinha, tudo se fala na *língua*, tudo é cantado – a mesma melodia, o mesmo ritmo, para ajudar na memorização.

Participar do culto, vender acarajé na praia ou ver televisão colorida, tudo faz parte do mundo de L.. Não existe uma exclusão absoluta da sociedade maior, mas uma forma determinada de inclusão. Em que momento toma consciência dessa imersão numa cultura afro-baiana? Aparentemente, desde sempre. Este é o seu cotidiano. Já H., yalorixá e V. ekedi, relatam conflitos e necessidade de opções.

Ser negro: a consciência da exclusão

A consciência da inclusão como desigual, a destinação para o trabalho rotineiro à base do fato de ser negro é manifestada por L O., a partir de seu trabalho na gráfica:

L – ... era mais impressor. Nesta seção, se podia ser impressor, ou fazer a paginação, ou a composição. O que me chocou foi... lá a maioria era negra... o trabalho era muito ruim ... conversava com colegas, eles não tinham perspectivas... eu sempre fui muito inquieto... até hoje sou assim... e a rotina era ruim.. estava insatisfeito comigo mesmo, estando ali. Eu gostava de livros como que falavam de 'utopias negativas', com se chama. (...) e eu achava que se fosse continuar a trabalhar naquilo ia morrer, ia ser um morto vivo. Aí, peguei o diploma⁶, rasguei, pus fora. Foi um rompimento simbólico com as coisas que tinha feito.

No extremo oposto do continuum está N., que diz explicitamente entender que fora da escola, e da escola pública, ele não alcançaria seus objetivos de inserção – veja, inserção como *funcionário do Estado*. Menino negro e pobre, para aspirar a vida pública tinha que ser como funcionário, mas como um grande especialista que se fizesse respeitar.

(...) Tive uma experiência que nos influenciava muito, que foi o Colégio Central.(...) O Central tinha, isto sim, uma função política, pré-universitária, em que você se dedicava à investigação dos problemas da vida, dos problemas sociais. Aí você aprendia, entre outras, literatura, filosofia, sociologia, enfim, uma outra realidade ... e eu acho que esta vida de Central também casada com o treinamento no serviço público deve ter me ajudado a traçar um certo perfil de homem público ... e acredito que me ajudou.”

Se o Central e a Universidade, especialmente a Faculdade de Direito, eram este caminho para a vida pública, a condição inicial para sua aceitação, como menino de cor, era ser *bonzinho*, o que, para ele, já determinava uma forma de exclusão, uma vez que era preto e pobre:

N – Isso. Bonzinho, educado. Era uma pessoa que as outras pessoas gostavam de ajudar por que era um menino educado, um menino bonzinho, com uma natureza pacífica, não era agressivo. Como eu não tinha condições, não tinha oportunidade de participar de outros ambientes, de ascensão.

N – Essa diferenciação se marcava, entre outras coisas, por eu ser “queimadinho”: a cor, porque também você pode superar o problema da cor quando tem base econômica. Isto lhe dá acesso. Eu também eu não tinha nenhuma das duas coisas.

No entanto, ser bonzinho não garantia a ascensão, para além do acesso, da aceitação. Necessário desenvolver uma determinada *competência*:

N – ... daí é que eu penso que eu tinha que balançar quais eram as possibilidades que eu tinha de me segurar no mundo ... e ainda até hoje é igual ... era formar um determinado nível de competência. Num determinado momento eu senti que o mecanismo que tinha para eu me situasse na vida era deter um determinado nível de competência. Que eu só podia conseguir com isso, com a escola.

Realizando seu aprendizado quase todo fora da escola, L O se forma como líder negro. Sua militância tem um papel que ele reconhece educativo – tanto no uso do projetor como semente – como fato gerador, numa citação do pensamento de Paulo Freire, como no reconhecimento de um processo de educação popular contido na formação dos cine-clubes

nos bairros populares. Dentro do Movimento cineclubista, o espaço para a discussão da condição do negro, a luta contra a discriminação.

L – Eu era um cara que gostava de ler, minha casa tinha jornal, revista. Hoje tá mais difícil, custa caro. Lia revista em quadrinhos, gostava de esporte, futebol. Então tudo isto que acontece hoje...viagens interplanetárias, etc. Conheci um cara que me deu livros policiais, que comecei a ler. Não gostei, li uns três ou quatro. Outro camarada que tinha livros.. eu ia a sua casa, e, apesar de cursar o 3º ano primário, folheava os livros destinados ao 3º ginásio...aí, comecei a entrar pelo autodidatismo, conheci colegas um pouco mais velhos que eu...eles me indicaram a biblioteca...eu fui, freqüentei. A Biblioteca Pública, ao lado da Praça Municipal, comecei a freqüentar aí eu comecei a estudar, ler, ler, ler. Trabalhava e tinha essa barreira, a família não exigia de nós, porque quando é família classe média exige dos filhos: “Vai pra escola!” e no meu caso não existia isso..

Em seguida, o trabalho ocupa a cena

O outro tema que se quer analisar é em que momento cada um deles tomou consciência de ser negro, e que impacto teve esta consciência em sua vida. Cada um fala do assunto e das conseqüências para sua vida, . Uma visão mais militante têm M.A e L. O .. H. e V. falam da busca de suas raízes africanas. N. e P. comentam a sua luta, mas não se encontram engajados em um Movimento Negro, por exemplo, como é o caso dos dois primeiros. É a seguinte a fala de N a respeito:

J – Hoje talvez se discute isso mais abertamente. Porque hoje, também, mesmo as pessoas de cor assumem sua identidade. Porque, por exemplo, até a algum tempo, eu passava pasta no cabelo prá ficar bonito. Era não assumir as características de suas origens, mesmo. Eu não assumia nada. Hoje mesmo, ainda é difícil “negro”, você prefere sempre outras palavras “escurinho”, uma coisa qualquer...

– Talvez esta condição de ser negro não batesse tão forte em mim, tão ostensivamente. devido este negócio de ser bonzinho. Se eu fosse, digamos mais audacioso, talvez a questão de ser negro teria vindo à tona... teria sido visto como negro descompreendido. Negro descompreendido é o termo que se usa.

O negro descompreendido significa que o negro deveria ser aquele que não saiu da senzala. Descompreendido é o negro que procura entrar nos espaços reservados aos brancos, “é melhor ficar fora disso”. E esse tipo de brincadeira, era comum em nosso grupo, mesmo para aqueles que era mais escuros do que eu, era dito: “você é um negro descompreendido”, arranjavam uma aparência com animal ... e olhe: hoje mesmo quando se ressalta as qualidades do negro se diz “aquele é um negro branco”. Temos alguns amigos – não cito os nomes, não convém – que eram reconhecidos por seus talentos, mas isso com um pé atrás. Se diz: – “Aquele ali é um negro-branco ... Ele é escuro, mas é uma competência”.

Neste trecho da entrevista, além da consciência sobre a função social da escola, dos limites a ele impostos, o entrevistado fala de sua tomada de consciência da condição de cor e de classe social, e do que se espera dele para que seja aceito. Desenvolver uma competência

tal em assuntos da administração pública que possa não apenas ser aceito, mas necessário e importante, rompendo com o que seria o limite do lugar do negro “*que se compreende*”.

Como diz outra informante, a consciência da condição de negro e a percepção da existência de discriminação por causa dela que é “*sutil, muito sutil*”. No caso dela, a consciência está muito fortemente relacionada com a religião.

V – A minha formação de escola foi mesmo toda católica. Depois, as coisas começaram a se bater, a entrar em conflito. Minha mãe mesmo mandava, eu fiz catecismo, fiz primeira comunhão. A primeira vez que eu espichei o cabelo, prá ficar parecido com branco, foi prá primeira comunhão, ... na época eu não me dei conta. Mais recentemente, é que eu comecei a tomar consciência desde troço de negritude, o negro, as origens. junta-se os caquinhos, e se vai percebendo. Tinha aulas de catecismo no primário, no ginásio, e no curso normal. Eu ia. Cheguei até a ser catequista. Chegou um ponto em que eu tive que optar por aquilo que pesasse mais, na minha formação de gente, de pessoa. O que eu via em casa eram coisas paralelas, eu ia para missa, comungava, era uma católica praticante. (...) Minha mãe era uma iniciada. Eu pratico muito mais do que ela talvez tenha praticado, mas a vivência familiar e o respeito que se dava a estas coisas ... eu fazia conforme ela orientava. Ela mandava que eu fosse à missa, mas não ia. Ia, isto sim, no candomblé. Eu via acontecer coisas que não correspondiam ao que aprendera. Daí que chegou um instante em que eu já não podia conviver com ambas as coisas, teria de escolher, entre a religião e o afro.

E – Fora o fato de alisar o cabelo... como essa consciência de negro bateu em você quando? ao longo da sua vida?

V – Prá nós é muito difícil. Aqui a coisa é muito ... sutil, camuflada ... se sofre a discriminação, só que isso muitas vezes não dá prá agarrar, não dá prá dizer como é que foi ... mas você sente.

E – Em pequena você sentia?

V – Olha, aqui não tanto, aqui (no bairro) predominava o negro. Mas minha mãe tinha um dito que era assim : – porque hoje em dia os mulatos já estão se assumindo como negros ... – então, quando tinha assim os mais claros, e os mais escuros, os mais claros, mesmo sendo negros, mas nunca se assumiam, então, o dito era : “Festa de pombo , urubu nunca se mete”. Quando a gente brincava junto sempre tinha alguma coisa que pairava ... como que um ar de superioridade, ... e o dito frisava isso - branco lá, preto cá. Isso me passaram desde que eu era criança.

2ºE – E essa sua consciência de negra, você a sentiu na escola a primeira vez? Ou foi no bairro? [A entrevistada mora em um bairro tradicional negro de Salvador, o Engenho Velho da Federação].

V – Não. No bairro não sentíamos essa coisa. Os pais é que... já educavam um pouco prá isso. Preto aqui, branco lá. Mas na escola nós podíamos brincar juntos, até que de repente ... alguém se sentia inferiorizado. Isso eu senti algumas vezes, mas sei lá ... eu nunca fui

muito de me amofinar não. Eu sobressaía de outro lado .. eu tinha que dar um jeito de me pôr em evidência ... desde pequena era isso. Um fato que talvez ajude a ver isto: Lembro que uma vez minha professora primária – prof. Naide – (naquele tempo tinha a inspetora, que ia visitar a escola) e eu tinha feito uma composição sobre a Amazônia. Não lembro o teor, lembro o título, apenas isto, o título foi ... “O inferno verde”. Outra que eu tinha feito também foi “Uma gota de orvalho” . Quando a inspetora foi lá visitar, ... eu fui chamada e tal, e ela disse “ Ah, é essa a aluna ...” Eu era bastante pequena. Magrinha. Mirradinha. Cheia de trancinhas, com fitas no cabelo, postas por minha mãe. “Ah, essa é a aluna? Mas foi você mesmo que escreveu?” Na época a gente não se dá conta, mas depois ... quando vai lembrar... .

O sentimento de busca de uma identidade pela descoberta de uma ancestralidade africana, em V, se vai fazer no momento em que participa de uma cerimônia relativa aos mortos, mas como visitante, não como iniciada. Ela se pergunta porque está *do lado de fora*:

“Deixei de ir à missa, mas ia acidentalmente, sem compromisso. Aconteceu uma coisa ... que foi marcante prá mim. Foi um ritual de mucongo. (Ritual oferecido quando uma pessoa da comunidade religiosa falece) e eu então fui ... mesmo sem ser iniciada, por ter acesso ao pessoal... Foi a partir daí que eu decidi que iria me iniciar no candomblé. Eu não saberia explicar o que houve comigo. Eu não vi, não tive visão nenhuma, vozes, visagens, nada. Foi uma coisa mesmo de tomar consciência, de que eu estava fora de um grupo, e deveria estar dentro dele. Porque eu assisti o ritual, mas não era uma das pessoas que estavam ali, era uma espectadora, um turista, e isto me incomodou, magoou muito. Eu fiquei a me perguntar por que eu estava assim, daquele jeito. Não estava no lugar que devia estar, devia, me sentia fora do meu lugar. Eu me lembrei de parentes que nunca conheci. Foi como se ali estivessem todos os meus ancestrais, que eu nunca vi, nunca conheci. Para mim todos estavam ali presentes, mesmo mortos, mas eu não estava com eles. Estava apenas assistindo. Para mim foi um chamado.(...) Eu acho que sou muito mais negra agora, pouco a pouco tenho aprendido mais sobre mim mesma .como negra e brasileira, mas negra que tem toda sua ancestralidade, toda uma história. Senti necessidade em me aprofundar, em conhecer tudo isso, uma vez que sou iniciada.

(...) Eu me sinto brasileira. Eu me considero negra brasileira . Só que tenho que não esquecer toda uma história. É como se fosse brasileira, mas de origem italiana. Há toda uma história aqui, outra fora daqui. Eu busco isto, pois todo o negro deve fazer isso, senão ele vai ser o que? Nós já somos tão discriminados... Temos que buscar este conhecimento, não para deixar de ser brasileiro, declarar-se africano e nada mais, isso é besteira, já estamos aqui, afinal. Mas temos obrigações, de conhecer nossas origens, quem nos deu esta cor, esta cultura, este cabelo, este corpo, isto vem de onde, fazia o que, estava como? Os outros, como estão lá ... uma vez que a história do negro brasileiro começou lá nós temos que saber como era lá, como está. Agora, é um erro deixar a gente de ser brasileira, sob o pretexto de que se está aprofundando na África, isto é besteira, nossa realidade é outra. Nós temos a obrigação de ”cavocar” isto.

L. O. fala mais do sentimento de discriminação, quando da infância e da adolescência, referindo-se ainda às dificuldades nas relações interraciais no que diz respeito a namoro, casamento, que, na sua opinião, até estariam melhorando (quanto à escolha dos negros por mulheres brancas) .

Quando morava no Unhão, convivia com o pessoal de classe média, um dia sempre acontecia.. nós jogando futebol.. teve uma briga, um deles disse que não brigava com negro... quando íamos à festa de classe média. Ouvíamos dizer que fulano não queria negro entrando na casa dele. Outra vez fomos assistir um filme na casa de um cara... fomos avisado que o pai dele não queria negros ali dentro. Isso ficou marcado em mim. E outro acontecimento, anterior, da minha família: todos somos negros e meus pais sempre afirmavam que ‘negro tinha que caprichar na vida tem que trabalhar e ser honesto’. Na família de meu pai eu tomei curso e estudei sozinho o inglês. Tava dando lição pra uma irmã mais nova, pra sua prova. Era durante as festas juninas, veio uma amiga dela e convidou para vender os votos da rainha do milho. Veio minha madrasta e disse que “não, que não ia a lugar nenhum, a rainha do milho era sempre branca, nunca mudava isto”... Isso foi marcando. Recebia orientação em casa pra não ir a certos lugares, etc., não participar disso e daquilo.

Retoma, portanto, a questão da importância da família na discussão sobre o ser negro – ou na ausência desta discussão. Na sua fala, ele usa uma categoria de Marx, criada para discutir a consciência de classe, e a estende à consciência da situação de discriminação por preconceito racial. Na verdade, o conceito dá uma pista para a discussão sobre formação da identidade negra. Embora eles, negros jovens, vivessem a situação da discriminação, essa não era objeto de uma discussão, no grupo familiar, que ajudasse na formação da consciência da injustiça, ou, num passo seguinte, da criação de um grupo alternativo de inclusão.

Combatendo o preconceito e a discriminação.

M. A, a partir de seu trabalho de construção de uma pedagogia das relações interétnicas nos bairros, escolas e fábricas, fala do preconceito contra o negro ainda existente entre os moradores dos mesmos bairros populares e nas escolas públicas, onde às vezes ele seria maior do que nas escolas privadas de classe média. Sua proposta pedagógica passa justamente pela discussão da situação de injustiça vivida:

M – Eu lembro de uma das primeiras lições de sociologia das relações raciais, por incrível que pareça eu tive com meus pais. Quando eles diziam: “Meu filho, o negro, quando é médico, engenheiro, é por ser competente, porque as coisas são difíceis pra ele, até chegar na universidade”. E realmente, estes negros formados são competentes. Isso já me permitiu uma reflexão mais profunda sobre a situação do negro na sociedade brasileira. Eu tive as primeiras lições para a sociologia das relações sociais com meus pais.

Conta, em seguida, a sua militância organizada, desde os movimentos da igreja católica tipo cursinho de cristandade até a criação do Núcleo Cultural Afro-brasileiro, com o apoio do ICBA (Instituto Goethe), passando pelas discussões na Universidade, com professores e colegas do curso de Ciências Sociais. Segundo seu relato, o Núcleo teria sido o primeiro momento, já na década de 1970, de uma discussão organizada sobre a situação do negro no Brasil.

Concluimos que toda a sociedade é racista, e o preconceito racial e o racismo eram transmitidos por um processo educacional dentro de uma concepção mais ampla, que não se restringia ... à escola somente. O processo educacional envolve os meios de comunicação social, a comunidade, todos esses agentes. Optamos pela via da educação. A solução realmente é a gente intervir na educação formal, no sentido de reeducar o cidadão. O cidadão não nasce racista, ele adquire o racismo a partir de seu contexto sócio-cultural, a partir de sua família, a comunidade, a escola, o que ele vê na televisão, o que ouve no rádio, então a partir daí elaboramos o sistema de pedagogia inter-étnica, isto é, uma pedagogia voltada para estes grupos étnicos, o negro, o índio ... e a partir daí a gente se especializou nesta chamada pedagogia inter-étnica.

Analisando questão da formação de uma identidade negra dentro do que seria uma “cultura baiana” C. , formado no movimento tropicalista e de contracultura dos anos 60, lembra que, no tempo da CPC da UNE o que se discutia era uma transformação mais global do mundo, das relações entre os homens, não existindo uma preocupação com uma cultura baiana regional ou com a cultura negra. Naquele momento, a colocação da condição social derivada da raça não se fazia: “*Seria até piegas*”.

C – Eu acho que tinha muito mais um desejo de universalidade do que de regionalidade. Inclusive, pela própria questão do fenômeno político, a leitura política de certa forma não... ela estava acima das diferenças, no sentido de que o quê essa pretendia era uma coisa contra essa desigualdade, e que atingia as diferenças, como se fossem índice de desigualdade. Não se preocupava com o negro, se preocupava mais com o operário, a idéia do operário estava muito mais construída. A identidade era com o operário e não com o negro, e com isso o popular também, o popular mais como uma coisa a partir da coisa do operário versus uma cultura dominante. A coisa era entre opressor e oprimido, dominante e dominado, erudito e popular, estes eram os pólos e entre operário e patrão, entre camponês - operário – patrão e também se estendia para o lumpen.

Na verdade essas eram as formas de aproximações das diferenças. Eu acho que já havia uma produção de uma cultura que pensava o negro. E Jorge Amado já estava nessa de uma certa forma. Mas o Jorge Amado de uma certa forma já era visto criticamente, por esta produção; na verdade quem nascia agora nesse momento tinha uma inserção política que começava no jogo da coisa...(...) A coisa do negro não era um traço. Se eu fosse escrever uma peça de teatro no CPC, abordando o negro e o problema da discriminação racial, do preconceito de cor, do preconceito racial, pareceria naquele instante algo realmente piegas. O centro da coisa, era o “operário”, fosse ele negro, fosse ele branco não importava de que cor fosse. Era uma visão universal do conflito. O conflito não estava entre raças, estava entre classes. Era mais a luta de classes que se via como forma de se ver as desigualdades, do que cor, sexo ou outra coisa assim.

E – Bem. Mas o que então daria um traço especial a esta cultura popular, num estado como é o da Bahia, onde há predominância de negros?(...) Alguma coisa que eu me lembre da produção daquele tempo também apresentava o negro, mas o negro fazia parte do cenário, não era o tema, era isso?

C – Acho que não era o tema fundamental da nossa produção. Um filme baiano, como Barravento, às vezes tem a questão da religiosidade, e o que estava mais no centro era a questão do conhecimento, a questão de ser sujeito ou objeto da história, do mundo, do que na verdade... e não com a questão do negro, exatamente com a questão do homem. ...Por exemplo, quando o Glauber Rocha toma alguns mitos nordestinos, em Deus e o Diabo na Terra do Sol, pega o cangaço ... acho que ali não está a problemática do negro, da cor, e sim os problemas do país, a problemática do desenvolvimento e de como ter os instrumentos para a libertação popular. Era mais neste sentido, da libertação popular do que da libertação do negro, da mulher; o povo era uma categoria política maior, onde estava dentro o negro, a mulher e etc e tal, e você não conseguia ver estes conflitos como conflitos fundamentais.

Isso começa a ganhar corpo depois dos anos 60... e não é só na Bahia. ... o negro nos EUA, a luta pela cidadania do negro americano, isto foi muito mais forte, é muito mais forte, pois me parece que é uma forma de preconceito racial muito mais contundente, explícita, e que obrigou o negro a uma luta mais definida. As aproximações culturais foram mais francas pelo desenvolvimento da televisão, do cinema, ou seja, quando os mecanismos de comunicação passam a tratar o tema, eu acho que não com o mesmo sentido porque o nosso caminho de descoberta da identidade do negro é tão diferente... Por exemplo, o negro aqui na Bahia se descobre muito como o africano; o negro americano não, ele se descobre como um cidadão que quer maior participação na sociedade americana, independente de sua origem - ele quer ter direitos civis, como escola, liberdade de ir e vir, como todos os cidadãos. (...)

O que é interessante observar é que, independente da consciência que viesse a ter a minha geração ou gerações anteriores, o negro já vivia sua cultura, com uma vitalidade e um interesse orgânico muito fortes, capazes de fazer com que essa cultura, independente de interesses internos que provocam, sobrevivesse com identidade. Essa cultura esteve presente mesmo que não tivesse a expressão oficial, vamos dizer assim, reconhecida como é, hoje, quando a Bahia se identifica para o mundo, nos seus postais, na sua busca de turismo, mostrando que é negra, ou querendo mostrar que ela tem uma especificidade de cultura negra. Isto é recente, acho. Eu acho que isto é uma das características da Bahia moderna.

LO. manifesta a discordância daquela visão mais ortodoxa, de esquerda, que dizia da necessidade de esperar as transformações no plano econômico para chegar à transformação das condições de vida .

*L – Um debate na esquerda diz assim, (eu sempre fui contra): “quando mudar a situação geral do Brasil, econômica, social e política, tudo vai mudar”. É mentira. Em relação à mulher, ao negro, não muda. Países como Rússia, que caiu (confusão de vozes).. continuou, tem preconceito mesmo.. eu acho que as lutas tem que ir juntas.. o grave problema desses países é estes darem ênfase a política econômica e social.. as outras lutas, culturais, raciais, ficaram pra trás. Se eu sou um cara, digamos que, tenho uma vida melhor, vou lá compro carro e casa.. aí eu já tou com tudo na mão, então pronto, os brancos me aceitarão normalmente... Não é assim, o problema racial é mais difícil de mudar de que os outros. A luta tem que ser junto e às vezes tem que se aprofundar mais. (...)*Uma coisa que acontece há 3, 4 séculos, não mudará da noite pro dia...

Observações finais

Gostaríamos, por fim, de fazer algumas reflexões. A primeira, diz respeito à forma de inclusão que a sociedade brasileira destina aos negros. Ao não terem acesso ao sistema de ensino, os meninos negros desenvolvem inúmeras estratégias para sobreviver, para fazer parte da sociedade. A fala de E., ex-estivador, dirigente de uma organização religiosa ligada ao culto afrobrasileiro, deixa clara a pobreza extrema a que fica reduzida a família com a morte do pai e depois da mãe. O limite da sobrevivência é extremamente baixo, e ele não estuda porque tem que carregar água todo o dia, para levar dinheiro para casa. Com relação à morte do pai, mesmo tendo sido ele empregado público, não houve um sistema de assistência social que os amparasse. Ele de certa forma fantasia – não faltava colégio, eu é que não podia estudar. Pela sua idade, isto se deu numa fase – década de 30 – em que o acesso à escola era diminuto na Bahia.

Isto mostra que a escolarização, portanto, estava inteiramente deixada a cargo das famílias e das suas possibilidades de manter os meninos e meninas nas escolas. Obrigação das famílias mais do que dever do Estado, o não poder estudar passa a ser apresentado como culpa das famílias ou dos próprios meninos. Nada de obrigatoriedade escolar, escolas de tempo integral, bolsa escola, ou outras formas de apoio para garantir a escolarização. A iniciativa por mais educação era deixada sob a responsabilidade, portanto, de cada família, de cada menino/adolescente/adulto. Expressivo com relação a isto é o depoimento de V. sobre o bairro onde morava quase universalmente ocupado por negros. No momento em que se formam as associações de moradores, sua primeira iniciativa era organizar uma escola comunitária e reivindicar, junto à prefeitura, a nomeação de uma professora.

Outra evidência do limite imposto pela sobrevivência é a orientação sobre o tipo de educação a seguir e o tempo da permanência na escola. Não fora a presença do padrinho, a ajuda dos colegas da repartição pública, e J.N., que chega a sub-secretário de Estado, seria mecânico de automóveis. L.O tem que romper violentamente com uma formação de gráfico indicada pela família para se impor como produtor cultural. Se deu certo profissionalmente, não conseguiu chegar à universidade. V. deixou a escola, ao se formar como normalista, porque “olhou prá trás” e viu que tinha que repartir a responsabilidade de criar os irmãos mais novos.

Excluídos totalmente da sociedade? Não; previstos para estar incluídos como subalternos, mas lutando com extrema coragem por impor a sua dignidade, resgatar a sua cidadania. Usando as diversas estratégias para vencer, desde a descoberta de um aliado, até preservação de um espaço de saber, uma competência que os torna reconhecidos. Conhecendo e controlando instituições diversas que lhes dão espaço de participação, que vão dos terreiros de candomblé a irmandades religiosas, cine-clubes, grupos de bairro, sindicatos e grupos culturais.

Por sua vez, a religião afro-brasileira cumpre uma função de inclusão conhecida, pela composição das chamadas famílias-de-santo. Entretanto, aqui queremos chamar a atenção para o seu papel de preservação da cultura, de transmissão cultural. A sacralização de determinados conhecimentos permite a sua conservação ao longo do tempo; conservam-se a língua, os rituais, os gestos, a dança, o efeito do uso de plantas determinadas para fins idem. Preserva-se o sentido do saber como um poder: “ninguém gosta de ensinar o que aprendeu, diz E.E. cada um ensina o que quer, quando e a quem quer. Mais que tudo, o sentimento de inclusão que ela traz é também uma forma de combater a discriminação e o conflito .

Percebe-se, nas diversas entrevistas, a capacidade dos diversos atores de criar uma rede de organizações com fins específicos, que vão desde o desejo de professar uma religião – caso dos Terreiros de candomblé e das múltiplas irmandades da religião católica –⁷ até o interesse nos grupos de formação de líderes, nos cursilhos de cristandade. Estas organizações funcionam também como círculos de inclusão: os blocos de carnaval, associações de moradores, cine-clubes e grupamentos especificamente políticos, como o Movimento Negro Unificado.

O debate sobre a inclusão na cidadania está presente tanto em entrevistados que são líderes do Movimento Negro como em outros, não-engajados. Eles perguntam-se quanto ao modo de transformar a consciência da exclusão em um projeto político, considerando, sobretudo, que o tipo de identidade criado pela inclusão nas organizações tradicionais – terreiros de candomblé e irmandades – não garante, necessariamente, o engajamento em um projeto político de transformação social. Em alguns momentos, relatam dificuldades de relacionamento entre as diversas organizações e, mesmo, dentro de algumas delas, onde os

grupos mais velhos não abrem espaço com facilidade para entrada de novos membros ou para a partilha do poder com novos membros.

Tanto C., como L. O. e M. A. falam dessa desarticulação entre luta específica contra a discriminação, ou melhor, por inclusão, tendo como critério a construção de determinada identidade negra, e a questão político-partidária, chamando a atenção para o fato de que a consciência de uma negritude não tem resultado, por exemplo, na eleição de negros para mandatos parlamentares ou executivo, de negros engajados na luta.

Assim, cabe pensar um pouco sobre reivindicações específicas e as chamadas lutas universais, tão bem explicitadas. As falas mostram que a luta contra a desigualdade não chegou a unificar uma frente ou um movimento político amplo pela transformação social, no sentido clássico destes termos, que se reflita, por exemplo, na via eleitoral. No entanto, a luta contra a desigualdade, contra a discriminação do negro é uma de forma de luta pela igualdade.

Finalmente, insistimos na necessidade de que os pesquisadores nos debrucemos cada vez mais sobre os problemas da inclusão do negro na sociedade brasileira, o que, seguramente, muito contribuirá para entendermos os condicionantes das desigualdades a que está submetida a população brasileira.

Notas Bibliográficas:

¹ Neste trabalho, contamos com a participação do produtor cultural Carlos Ramon Sanchez.

² MENEZES, JACI – “Educação e cor-de-pele na Bahia - O acesso à educação de negros e mestiços”. In *Bahia Análise e Dados*, no. especial sobre o Negro, SEI, SEPLANTEC, 1994 e “Liberdade, Igualdade, Pluralismo e Cidadania – O acesso à educação dos negros e mestiços na Bahia”- Tese de doutoramento junto à Universidade Católica de Córdoba, Argentina, 1997, xerox.

³ Idem, “A inclusão excludente: as exclusões assumidas”. In *Educação e os afro-brasileiros: trajetórias, identidades e alternativas*. Novos Toques, A Cor da Bahia, Salvador, 1997.

⁴ BERNSTEIN, BASIL - *Poder, Educacion y Consciencia - Sociologia de la transmisión cultural*. Santiago de Chile, CIDE, 1988.

⁵ Foram os seguintes os entrevistados: Valdina Oliveira Pinto, Esmeraldo Emetério dos Santos (“S. Benzinho”), Lídia Paixão dos Santos, Luiz Orlando da Silva, José Carlos Capinam, Pedro Nascimento, Hildete Almeida Lopes, Milton Moura, Manoel Almeida, José Francisco de Carvalho Neto.

⁶ Diploma do curso profissionalizante de gráfico, do SENAI. Ver entrevista completa.

⁷ H. se refere a várias delas na sua entrevista. P. , advogado, batista, foi presidente do Diretório Acadêmico dos Estudantes de Direito, e torna-se também presidente, por um período, da Sociedade Protetora dos Desvalidos.